

A NOVA OFENSIVA LIBERAL DOS ANOS 70¹

*Fernão Pompêo de Camargo Neto*²

O período que sucedeu à 2ª Guerra Mundial foi marcado por cerca de três décadas de acelerado desenvolvimento econômico, em clima de relativa estabilidade, durante as quais houve uma clara dominância de políticas econômicas de cunho keynesiano, manifestando-se, nas diversas nações desenvolvidas então existentes, evidentes políticas de intervenção estatal na condução da economia.

Nesse período, que ficou conhecido como os “30 anos gloriosos” — em que predominou o chamado “intervencionismo keynesiano” e em que ganhou corpo o *Welfare State* —, o conservadorismo liberal encontrava pouco eco para suas idéias. Os Estados nacionais, mundo afora, desde o pós-guerra, através da adoção de medidas políticas de corte keynesiano, exerciam importantíssimo papel na sustentação do nível da atividade econômica e do padrão de vida desfrutado pelas suas populações (que se manifestava através do desenvolvimento de políticas bem concatenadas de gastos públicos estratégicos, que permitiam que se pudesse manter em níveis elevados o emprego e a renda, e da busca da possibilidade de oferta, para o conjunto da população, de condições de disponibilidade de infraestrutura e de políticas sociais que garantissem o seu bem-estar), o que veio, então, a se constituir no sustentáculo de um processo contínuo e, salvo no caso de ocorrência de excepcionais crises conjunturais localizadas, generalizado de expansão econômica. Entretanto, a partir da metade da década dos 70, sentem eles exaurir-se a sua capacidade de continuarem bancando os gastos necessários

1 Este artigo foi extraído, com pequenas adaptações, de outro artigo mais amplo, de minha autoria, publicado na Revista *Pesquisa e Debate* da PUC-SP, a seguir referido: CAMARGO NETO, Fernão Pompêo de. Considerações sobre alguns aspectos do debate liberalismo X intervenção estatal. *Pesquisa & Debate*, vol.8, n.o 2(11), 1997, págs. 69-92.

2 Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUC-Campinas), doutorando em Economia do IE/UNICAMP e Conselheiro do CORECON-SP.

para dar continuidade às políticas de fomento que vinham desenvolvendo desde o término da 2ª Guerra.

A partir de então, a linha de pensamento no campo da política econômica que vinha sendo hegemônica se revela incapaz de sustentar o processo de crescimento continuado que vinha sendo mantido, uma vez que as políticas econômicas que lhe eram próprias haviam esgotado a sua capacidade de condução das distintas economias nacionais ao cumprimento dos seus respectivos objetivos. Desencadeia-se, pois, uma crise do Estado bastante peculiar, devido ao fato de que ela vai se manifestar numa estrutura econômica e social em que havia profundas imbricações entre os interesses do Estado e os da Economia.

Assim, diante da manifesta incapacidade então apresentada pelas políticas que vinham sendo praticadas, as quais haviam levado até o último limite as suas possibilidades de resposta aos problemas típicos da crise do Estado que se manifesta nos anos 70, reacendeu-se o debate que envolvia, desde a crise dos anos 30, em pólos opostos, os liberais conservadores, de um lado, e os keynesianos e os marxistas, do outro.

Ressurge, pois, após um longo recesso, o espaço para o avanço das posições liberais. Apresentam-se, então, fazendo severas críticas à forma autoritária pela qual se dera, no pós-guerra, o intervencionismo estatal, novas obras de cunho liberal, dentre as quais se destaca a do conservador Milton Friedman, que a escreveu com a colaboração de sua esposa Rose: *Capitalismo e liberdade*, publicada, sem encontrar grande receptividade, pela primeira vez, em 1962. No novo contexto, favorável ao pensamento liberal, esta obra passa a ter melhor aceitação. Além disso, abre-se espaço para que os Friedman, em co-autoria, publicassem um novo livro: *Free to choose* (que, ao ser editado no Brasil, recebeu o nome de *Liberdade para escolher: o novo liberalismo econômico*).

Os Friedman (que, apesar da surpreendente escassez de referências à obra de Hayek, retomam os argumentos por este empregados em O

caminho da servidão—afirmam que não cabe à sociedade julgar o que o indivíduo faz com a sua liberdade. Existem, todavia, dois conjuntos de valores que são enfatizados pelos liberais: os valores relevantes para as relações interpessoais, que priorizam a liberdade que deve cercar essas relações, e os que devem ser levados em consideração pelo indivíduo ao exercer a sua liberdade, os quais “constituem o território da filosofia e da ética individual”.

Para os autores, para que se possa coordenar as atividades de milhões de indivíduos, existem apenas dois meios, que são: 1) a direção central, mediante o emprego de coerção, praticada pelo Exército e pelo Estado totalitário moderno; e 2) a cooperação voluntária dos indivíduos, que é a técnica do mercado. A possibilidade de ser exercida a coordenação através da cooperação voluntária baseia-se na “proposição elementar de que ambas as partes de uma transação econômica se beneficiam dela, desde que a transação seja bilateralmente organizada e voluntária”. A coordenação sem coerção pode, pois, ser viabilizada pela troca.

A troca é o meio pelo qual indivíduos dispersos pelo mundo, mesmo sendo movidos apenas por seus interesses pessoais, cooperam entre si. O que torna isto possível? Para os Friedman é o sistema de preços “o mecanismo que desempenha essa tarefa, sem direção centralizada, sem exigir que as pessoas se falem ou se gostem”, e este sistema “funciona tão bem, de modo tão eficiente, que, na maioria das vezes, nem lhe percebemos a existência”.

Desde que haja liberdade efetiva de troca, o mercado, impessoalmente e sem o concurso de nenhuma autoridade centralizada, atua no sentido de impedir que uma pessoa interfira na liberdade que tem outra na definição e condução de suas atividades, impondo, assim, sua vontade pessoal. Por exemplo: o consumidor é defendido da coerção do vendedor por haver outros vendedores com os quais pode entabular negócio; o empregado é protegido da coerção de um empregador devido à existência de outros empregadores para os quais pode trabalhar, etc.

O monopólio, seja ele privado ou governamental, se constitui, para o casal Friedman, no maior perigo a ser enfrentado pelo consumidor. A defesa deste contra a exploração a que possa ser submetido por um vendedor é, como foi apontado no parágrafo anterior, a existência de outros vendedores ansiosos por vender. Assim, a livre concorrência, que multiplica as fontes alternativas de suprimento, e o livre comércio entre todos os países, com a total abolição de tarifas e outras restrições à liberdade das trocas internacionais, se constituem na mais eficiente forma de proteção ao consumidor.

Os Friedman sustentam que os problemas, de qualquer ordem, existentes no livre mercado são pouco significativos quando comparados aos que decorrem de uma economia dirigida, diante do que o regresso a uma situação de total liberdade econômica pode representar uma verdadeira política progressista. Afiançam eles, ainda, que “subjacente à maior parte dos argumentos contra o mercado livre está a ausência de crença na liberdade”.

Para o casal Friedman, o fato de existir um mercado livre não elimina a necessidade de um governo. A existência de um governo faz-se necessária para a determinação das “regras do jogo” e para arbitrar e por em vigor as regras estabelecidas. A intensidade com que o governo precisa participar do jogo é, entretanto, sensivelmente reduzida diante do fato de que o mercado elimina a necessidade de que parte substancial das questões criadas tenham que ser submetidas a decisões políticas.

Seriam funções do Governo, para os autores: manter a lei e a ordem; definir direitos de propriedade; administrar, quando for de interesse geral, a mudança dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico; julgar disputas sobre a interpretação das regras existentes; promover a competição; estruturar o sistema monetário; procurar evitar a ocorrência de monopólios técnicos; suplementar a caridade pública e a família na proteção do irresponsável, quer se trate de um insano ou de uma criança; etc. Na visão dos Friedman, “um tal governo

teria, evidentemente, importantes funções a desempenhar”, uma vez que “o liberal consistente não é um anarquista”.

Entretanto, quando a interferência do governo se torna abusiva, ele passa a oprimir os indivíduos como consumidores de bens e serviços. Colocando-se nesta qualidade, os Friedman escrevem: “não somos nem mesmo livres para decidir como gastar a parte da renda que nos sobra dos impostos. Não temos liberdade de comprar ciclamatos (...). Nosso médico não nos pode receitar numerosos medicamentos que talvez considere os mais eficazes para nossos padecimentos, mesmo que essas drogas existam em abundância no exterior. Não temos liberdade de comprar um carro sem cintos de segurança,...”.

No sentido de mostrar que a interferência governamental, movida por alguma eventual “explosão de farisaísmo moral”, pode levar a conseqüências gravíssimas, argumentam os Friedman relativamente aos resultados da Lei Seca, imposta em 1920, que proibiu a produção e a venda de bebidas alcoólicas nos Estados Unidos: “Novas prisões e xadrezes tiveram que ser construídos para abrigar criminosos gerados pela conversão da ingestão de bebidas alcoólicas em crime contra o Estado. Al Capone, Bugs Moran e outros tornaram-se notórios por suas façanhas — assassinatos, extorsão, contrabando, assaltos. E quem eram seus clientes? Quem comprava as bebidas que eles vendiam ilegalmente? Respeitáveis cidadãos que jamais teriam aprovado ou participado das atividades que Al Capone e seus amigos gângsteres tornaram infames. Eles simplesmente queriam um drinque. E para tomá-lo, tinham que infringir a lei. A Proibição [Lei Seca] não acabou com a bebida. Converteu, sim, um bocado de cidadãos cumpridores da lei em infratores. (...) Suprimiu as forças disciplinadoras do mercado que habitualmente protegem o consumidor de produtos inferiores, adulterados e perigosos. Corrompeu de fato a polícia e criou um clima de moral decadente. E *não* acabou com o consumo de álcool.”. Esta abordagem dos Friedman sobre os efeitos da Lei Seca desperta-nos uma série de indagações: Mesmo que se considere que o consumo de álcool

em doses moderadas não represente algo a ser coibido, será que eles não estão aí extrapolando o bom senso? Será que eles pensam o mesmo relativamente ao tráfico de outras drogas mais pesadas? Deveria o tráfico de drogas, ao ver dos Friedman, ser liberado? Será que "as forças disciplinadoras do mercado" protegeriam os cidadãos contra o perigo que as drogas representam?

Milton Friedman, de outro lado, vê a moeda como um véu que encobre a realidade. Na sua concepção, a moeda americana em circulação, aceita, pelo governo e pelos tribunais, para saldar dívidas expressas em dólares, e, em transações privadas, como meio de troca por bens e serviços, se apresenta como "pedaços de papel verde" que "têm valor porque todo mundo pensa que têm". Mas, sem a sua existência e sua ampla aceitação, os Estados Unidos não poderiam colocar em operação todo o seu formidável nível de produtividade. Para ele, esta praticamente irrestrita aceitação da moeda se apoia "sobre uma convenção que deve sua existência à aceitação mútua do que, de certo ponto de vista, é mera ficção". Mas, embora o seu valor esteja assentado numa ficção, a moeda exerce uma função econômica de muita utilidade. Mesmo assim, continua sendo um véu.

Na ótica friedmaniana, a inflação é um fenômeno monetário que resulta de uma expansão mais rápida da quantidade de moeda em circulação do que a da oferta real de bens e serviços. Para Friedman, o sistema monetário deve ser estável e estar protegido contra o mal que pode ser causado pela irresponsabilidade ou pelos erros de um número reduzido de homens investidos de poder. Manifesta ele a sua clara oposição à existência de um banco central independente, pois "dinheiro é coisa importante demais para ser deixado aos banqueiros centrais".

Analisando retrospectivamente as políticas monetárias praticadas nos Estados Unidos, os Friedman fazem a constatação de que os níveis de preços e de produção foram instabilizados após a criação do *Federal Reserve System*, a cuja inépcia eles atribuem a responsabilidade pela crise de 1929, uma vez que ele, por não ter conduzido adequada-

mente a política monetária, “acabou por converter o que de outra forma teria sido uma contração moderada numa grande catástrofe”.

Os Friedman, em paralelo, defendem a livre flutuação das taxas cambiais, as quais devem ser determinadas no mercado por transações privadas, sem qualquer interferência do Governo. Todavia, as taxas de câmbio flutuantes são, muitas vezes, associadas à instabilidade econômica e financeira, o que eles consideram falacioso. Para eles, “Ser a favor de taxas de câmbio flutuantes não significa ser a favor de taxas de câmbio instáveis.(...) O que desejamos é um sistema em que os preços sejam livres para flutuar - mas no qual as forças que os determinam sejam suficientemente estáveis de modo que os preços mudem dentro de limites moderados”.

Os sindicatos, conforme os Friedman, têm considerável influência na fixação dos salários, supervalorizando-os relativamente aos que seriam estabelecidos através do livre funcionamento do mercado. Todavia, uma gama variada de outras conseqüências, de grande repercussão para o conjunto dos cidadãos, decorre da atuação sindical, uma vez que “o sindicato bem-sucedido reduz o número de empregos à disposição do ramo que controla” e a amplificação da base de atuação sindical “poderia significar salários mais altos para os que conseguissem emprego”, mas acarretaria “mais desemprego para os demais”. Isto, com boa dose de probabilidade, faria com que os sindicatos se dividissem em fortes e fracos, “com os membros dos primeiros ganhando salários mais altos (...) às expensas dos membros dos segundos”. Mas, no enfoque friedmaniano, não só os trabalhadores desempregados ou mal pagos seriam atingidos pelos efeitos deletérios da ação sindical ao promover a alta dos salários, uma vez que, enquanto consumidores, todos os cidadãos passariam a pagar preços mais elevados por tudo que consumissem.

Ao enfocarem o conflito distributivo (salários X lucros), os Friedman afirmam que é impossível reduzir a massa de lucros para pagar melho-

res salários, uma vez que “os lucros simplesmente não são grandes o suficiente” e “cerca de 80% da renda nacional total atual nos Estados Unidos destina-se ao pagamento de ordenados, salários e benefícios adicionais aos trabalhadores”. Além disso, dizem eles que mais da metade do que sobra é usado para pagar aluguéis e juros sobre empréstimos, sobrando para as empresas lucros que representam menos de 10% da renda nacional, o que, depois dos impostos, fica reduzido a cerca de 6%. Isto “dificilmente dá muita margem ao financiamento de salários mais altos, mesmo que todos os lucros fossem absorvidos”.

Ao par disso, os liberais consideram as políticas de subsídios e incentivos creditícios ou fiscais, bem como as políticas sociais típicas do *Welfare State*, como interferências no sistema de mercado. Para o casal Friedman, é o financiamento dos gastos públicos necessários à sustentação do *Welfare State* o grande responsável pela quase totalidade dos males que afligem a sociedade: a ampliação do déficit público, a redução da poupança privada, a inflação, o desestímulo ao trabalho e à concorrência, a redução da produtividade, a marginalização social, etc.

Para mitigar a pobreza, recomenda Friedman a implantação de um programa de auxílio aos pobres, sob a forma de imposto de renda negativo, destinado às pessoas cuja renda seja inferior ao limite de isenção do pagamento do imposto de renda federal. Este programa estaria encaixado na sistemática do imposto de renda e seria administrado juntamente com o mesmo, apresentando, conforme o autor, nítidas vantagens práticas, uma vez que é um programa que fornece ajuda aos seus beneficiários “sob a forma mais útil para o indivíduo, isto é, dinheiro”, sendo de caráter geral e podendo substituir um amplo conjunto de medidas existentes no mesmo sentido. Além disso, o custo que seria imposto à sociedade por este sistema extra-mercado seria explícito. E, finalmente, argumenta ele, num arroubo bem “keynesiano”, que “um dólar extra ganho significa”, para o público-alvo do programa, “sempre mais dinheiro disponível para gastar”.

No prefácio que escreveu para a edição de 1982 de *Capitalismo e liberdade*, Milton Friedman assinala, com uma ponta de mágoa, que, enquanto em 1962, este seu livro não mereceu qualquer resenha das principais publicações nacionais (dos Estados Unidos), por considerarem estar suas teorias por demais afastadas da corrente de pensamento predominante, o livro *Free to choose*, descendente direto de *Capitalismo e liberdade*, escrito em co-autoria com sua mulher e publicado em 1980, foi resenhado por todos os principais periódicos e, muitas vezes, os comentários foram extensos e minuciosos, além do fato de ter tido o livro uma vendagem excepcional, inclusive no exterior, onde foi traduzido para 12 idiomas. Esta recepção, bem mais calorosa, das idéias por ele esposadas é, então, atribuída por Friedman à “profunda mudança ocorrida no clima intelectual do último quarto de século”.

As colocações acima ilustram o indiscutível avanço da aceitação das idéias (neo)liberais que se verifica a partir de meados da década dos 70, quando, inclusive, os governos conservadores de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, aderiram à prática de políticas neoliberais. A partir de então, as palavras-chave que passaram a ser usadas, em boa parte dos países capitalistas ocidentais, foram: estabilizar, desregular e privatizar.

Todavia, a pesquisadora política Sonia Draibe nega que o neoliberalismo — ideologia hoje dominante — constitua um corpo teórico próprio, e, também, que tenha originalidade e coerência. Ele se compõe, basicamente, de um conjunto de proposições práticas e, como base conceitual, “reproduz um conjunto heterogêneo de conceitos e argumentos, ‘reinventando’ o liberalismo mas introduzindo formulações e propostas que são muito mais próximas às do conservadorismo político e às de uma espécie de darwinismo social”. Para ela os “ingredientes” de que se compõe o neoliberalismo podem ser combinados de diversas maneiras, o que permite a existência de “muitos e distintos neoliberalismos”, tornando-se difícil, até, o próprio auto-enquadramento daqueles que perfilam as suas múltiplas correntes.

Além disso, com o tempo, as proposições neoliberais vão se modificando, mormente no que se refere às responsabilidades públicas e estatais em assuntos como educação, enfrentamento da pobreza, desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias, etc. Destaca, ainda, essa autora que "muitas das proposições atribuídas ao neoliberalismo não são, efetivamente, monopólio daquela tendência, nem tampouco das fontes originais nas quais parece nutrir-se", tendo sido e sendo, pelo contrário, "parte de ideários democráticos ou socialistas, circunstancialmente apagados pela onda neoliberal".

Entretanto, mesmo já estando assentada parte da poeira levantada pelo clima de euforia que predominou, nos anos 80 e no começo dos 90, entre os adeptos da ideologia neoliberal, revestem-se de importância as observações feitas por José Luiz Fiori no sentido de que "a ideologia não é boa amiga da objetividade, e os momentos de euforia são melhores parceiros da apologética do que do realismo. Talvez, por isso, o novo liberalismo econômico reconstruído a partir de Hayek e de M. Friedman tenha se transformado para muitos, sobretudo depois de 1989, numa verdade incontestável e indiferente ao conhecimento teórico e histórico já acumulado sobre o papel da política e do Estado no funcionamento dos mercados e nos processos de industrialização".